



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

*O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A PARTICIPAÇÃO DO PROFESSOR
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL*

**Grace Coswig Baysdorf¹
Jerônimo Goulart da Silva²**

RESUMO

Este trabalho discute o processo que ocorre nas escolas que almejam construir seu Projeto Político-Pedagógico, em consonância com os princípios e dimensões intrínsecos a ele, e como pode ocorrer a inserção da disciplina de educação física na constituição desta proposta. São apresentados os fatores que fazem com que a disciplina de educação física seja algumas vezes compreendida e identificada de forma distinta pelas demais disciplinas ou pela comunidade escolar em geral. Torna-se evidente com o embasamento teórico, a importância do engajamento do professor de educação física nas discussões referentes ao planejamento educacional da escola.

Palavras Chave: Educação Física, Projeto Político Pedagógico, Planejamento educacional.

ABSTRACT

This paper discusses the process that occurs in the schools that aims to build its Political-Pedagogical Project in line with the principles and dimensions intrinsic to it, and can occur as the insertion of the discipline of physical education in the constitution of this proposal. The factors that make the discipline of physical education is sometimes understood and identified separately by other disciplines or by the school community in general. Becomes evident with the theoretical background, the importance of engaging the physical education teacher in discussions regarding the school's educational planning.

Keywords: Physical Education, Pedagogical Political Project, Educational Planning.

INTRODUÇÃO

A elaboração do projeto político pedagógico de uma escola propicia indicações necessárias para a organização do trabalho pedagógico, e isso permite à mesma constituir a sua autonomia, delineando a sua própria identidade. Nessa perspectiva, a possibilidade da construção de um projeto político pedagógico ser concretizada, envolve a participação dos segmentos escolares como: professores, direção, coordenadores pedagógicos, alunos, pais, funcionários. Todos esses integrantes da equipe escolar são importantes para demarcar o tipo de escola e aluno que pretendem formar, os possíveis problemas presentes e manifestar as suas opiniões.

Percebendo a importância das escolas em organizar o projeto pedagógico a fim de melhorar o desenvolvimento das mesmas de forma geral, é importante destacar a disciplina de educação física como sendo essencial para a construção desta proposta. É fundamental que a educação

¹ Professora substituta na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no Curso de Educação Física Licenciatura.

² Acadêmico do Curso de Educação Física Licenciatura – 6º Semestre – Universidade Federal do Rio Grande-FURG.

física tenha seu espaço no planejamento das propostas que visam à melhoria das condições gerais da escola, onde os professores dessa área possam ter a possibilidade de exporem suas opiniões. O processo de construção do projeto político pedagógico é uma ferramenta que possibilita aos profissionais de educação física evidenciar a importância dessa disciplina, juntamente com as demais disciplinas curriculares.

As discussões entre os professores de todas as áreas são determinantes para que eles possam direcionar sua prática educativa com base no tipo de escola e aluno que a instituição visa formar. “O domínio de um corpo teórico, atualizado por uma reflexão coletiva, poderá conferir aos professores autonomia de ação, criatividade e possibilidade de construção de alternativas metodológicas” (VEIGA 1996, p.163).

Considerando a importância da educação física para o aprimoramento das práticas educativas na escola, este ensaio pretende investigar por meio de análises teóricas quais os dilemas e/ou conflitos que não permitem uma maior discussão dessa área para o planejamento da melhoria de algumas escolas, o que é feito por meio do projeto político pedagógico principalmente.

OBJETIVO

Discutir o processo que ocorre durante a construção do Projeto Político Pedagógico na instituição escolar, e o engajamento do professor de educação física na construção desta proposta.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, utilizou-se a pesquisa de cunho bibliográfico e exploratório. Segundo Mattos (2004, p. 15) “o estudo exploratório tem o objetivo de familiarizar-se com o fenômeno e obter uma nova percepção a seu respeito, descobrindo assim novas idéias em relação ao objeto de estudo”.

Os dados e informações apresentadas foram analisados qualitativamente sob a forma descritivo-interpretativa, onde se procurou analisar os pontos de vista para a compreensão do fenômeno estudado, fundamentado pela reflexão resultante do referencial bibliográfico apresentado no trabalho, cujo foi o elemento dinamizador e articulador do discurso construído na temática.

1 - Sobre Projeto Político Pedagógico

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 9394/96) as escolas foram incumbidas de elaborar o projeto político pedagógico. Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.

A estrutura básica de um projeto político pedagógico varia de instituição para instituição, não ficando restrito a um modelo pronto e pré-estabelecido, pois cada escola possui suas características próprias. O mais importante não é fazer um documento tecnicamente perfeito, mas saber com precisão o que a escola quer realmente fazer, a partir de suas condições e recursos disponíveis. Pensar em construir um projeto educacional sugere pensar um tipo de escola, a concepção de homem e de sociedade que se busca constituir.

A construção de um projeto na escola consiste de reflexões e discussões sobre os problemas que a escola enfrenta, a fim de buscar alternativas para que os mesmos sejam superados. “Essas reflexões devem ser tomadas em um processo democrático de decisões, buscando identificar as possíveis relações competitivas, corporativas e autoritárias” (VEIGA, 1996, p.13).

Quando a escola pensa em fazer um projeto, ela deve ter bem claro que sua construção e efetivação exigem definição de princípios, táticas concretas e muito trabalho coletivo. Nesse sentido, Padilha (2003, p.76) sugere que o projeto político pedagógico deve partir “da avaliação das necessidades e expectativas de todos os segmentos escolares. Deve ser considerado um processo inconcluso, suscetível a mudanças essenciais durante sua concretização”.

1.2- Projeto político pedagógico: uma construção coletiva

É imprescindível destacar que o projeto político pedagógico, seja qual for a instituição, deve ser construído coletivamente. Nesse sentido, Veiga (1996, p.38) destaca em sua análise:

Ao ser discutido, elaborado e assumido, coletivamente, oferece garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada no processo educativo e, assim, sinaliza o processo educativo como construção coletiva dos professores e integrantes do meio escolar envolvidos.

Essa construção em conjunto envolve professores, pais, alunos, direção da escola, ou seja, todos integrantes da comunidade escolar. “A escola, quando constrói em coletivo seu projeto, visa buscar o autoconhecimento e conhecimento das realidades que interatuam em seu contexto” Veiga (1996, p.89).

É importante que os professores de todas as áreas estejam cientes que suas participações e contribuições para a construção da proposta do PPP (Projeto Político Pedagógico) são essenciais.

Os mesmos são fundamentais para destacarem aspectos negativos que podem ser melhorados em cada disciplina e na escola; além de enfatizar os aspectos positivos, a fim de mantê-los presentes na escola.

O planejamento participativo é um instrumento pedagógico de mudança, pois através dele há reflexão em torno dos elementos que permeiam o meio escolar, como se manifestam esses elementos, quais problemáticas estão inseridas naquela realidade, como fazer para que a escola atinja seus objetivos de modo a beneficiar seus integrantes, e ainda, como constituir uma identidade própria à instituição. Esse é um processo democrático, onde os sujeitos participantes combinam suas experiências com reflexão.

Um ator fundamental na construção do projeto da escola é o diretor, o qual poderá possibilitar que a comunidade tenha o acesso e o espaço para poder dar sua contribuição. Este deve facilitar o acesso dos segmentos escolares a estarem inseridos nas discussões para a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido na escola (VEIGA, 1996). Isso implica propiciar maneiras de incluí-los na preparação do projeto político pedagógico. Segundo Reis (2001, p. 02):

Se a escola é fruto da sociedade, é consequência dos saberes construídos socialmente, culturalmente, subjetivamente pelas pessoas que estão fora e dentro da escola, como podemos pensar em mudanças a partir daqueles que não estão diretamente ligados a esta realidade? Alunos, professores, comunidades, não podem figurar apenas nos papéis e nas propostas, devem fazer parte do sistema de reformulação do pensar a educação e a escola.

Não basta somente a escola ter um projeto escrito e este não pode somente obedecer a algum modelo padrão estabelecido por algum órgão que não conheça totalmente a realidade escolar. Os integrantes do meio escolar conhecem as características peculiares do local onde o projeto vai ser elaborado, portanto, eles têm uma noção básica de quais propostas são adequadas para o local, quais medidas podem ser tomadas e a partir de quais pressupostos os planejamentos em busca de mudanças significativas poderão ser feitos. “O projeto pedagógico da escola, ainda que normatizado pelos sistemas educacionais com base na própria LDB, pode suscitar transgressões inovadoras” (MONFREDINI 2002, p.9).

1.3 - Critérios que norteiam um projeto político pedagógico

Nesse momento serão apresentados alguns critérios que norteiam o Projeto Político Pedagógico, cujos estão interligados entre si. Cada escola desenvolve o seu tipo de PPP, de acordo com suas características peculiares e os seus interesses. Contudo, existem critérios que

precisam ser observados durante a elaboração geral de qualquer PPP, e Veiga (1996) destaca alguns deles, que serão apresentados a seguir.

O primeiro critério a ser observado é o da “igualdade de condições para o ingresso e estabilidade na escola”. Todos devem ter o direito de permanecer na escola e ingressar nesta. Ainda, a escola precisa proporcionar uma qualidade para todos, ou seja, para todas as classes sociais presentes na instituição.

O segundo critério que deve ser considerado em qualquer elaboração de projeto político pedagógico é a gestão democrática. Esta é uma forma de gerir uma instituição de forma a possibilitar a participação e democracia. Quando utilizo a expressão gestão democrática, reflito sobre o fato de esta ter relevância para se atingir metas e objetivos contidos no PPP. A mesma advém da participação ativa dos integrantes da comunidade escolar específica.

O princípio de liberdade é o terceiro critério a ser considerado. Esse princípio está ligado à idéia de autonomia e conforme Veiga (1996, p.19) “significa que a escola deve garantir aos alunos e demais integrantes do meio escolar a liberdade de aprender, pesquisar, ensinar e contribuir para uma construção coletiva do projeto da escola”.

A idéia de autonomia é outro critério norteador do PPP na escola, interligada com o princípio de liberdade, e está relacionada à compreensão emancipadora de educação, fazendo parte de todo o contexto de elaboração de um projeto político pedagógico.

A valorização do magistério é também algo a ser considerado na elaboração de um projeto político pedagógico, onde os profissionais devem e tem o direito em poder se aperfeiçoar e terem seu trabalho pedagógico valorizados. . A formação continuada é uma maneira de isso ocorrer, e Veiga (1996, p. 20) destaca que:

A formação continuada deve estar centrada e fazer parte do projeto político pedagógico. A escola compete proceder ao levantamento de necessidades de formação continuada de seus professores, elaborar um programa de formação, contando com a participação dos órgãos centrais, no sentido de fortalecer seu papel, na execução e na avaliação do seu referido programa.

A elaboração de um projeto político pedagógico é um trabalho abrangente, participativo, democrático, responsável, e deve estar relacionado com a realidade, cotidiano escolar e recursos disponíveis. Este projeto mostra o que vai ser feito, quando e como isso vai ocorrer. Ainda, busca uma identidade própria, mas não se distanciando das diretrizes nacionais de educação; apenas define uma autonomia própria para adaptar-se melhor à sua realidade. E, para que o projeto seja realmente efetivado, ele deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado de forma participativa e democrática.

2- Educação física e projeto político pedagógico

Para compreender o papel da disciplina de educação física na escola, é necessário entender como ela está inserida no sistema educacional brasileiro por meio da legislação existente. A educação física pode estar incorporada na proposta pedagógica da escola. Como parte deste projeto, conforme a LDB 9394/96, a educação física é componente curricular obrigatório da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos ao aluno que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; maior de trinta anos de idade; que estiver prestando serviço militar inicial, ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; amparado pelo decreto – Lei – nº1.044, de 31 de outubro de 1969; que tenha prole.

“A Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 1996 orienta para a integração da educação física à proposta pedagógica da escola, responsabilizando a própria escola e o professor pela ação educativa” (LIMA, 1997, p.1).

Como já foi apresentado anteriormente, a construção do projeto político pedagógico da escola deve ser construída de forma democrática, possibilitando a participação de todos os componentes curriculares. O planejamento coletivo também é um elemento importante para se definir metas e objetivos, em um processo democrático de troca de experiências, reflexões e conhecimentos. Então, o professor de educação física tem a possibilidade e o direito de intervir nas atividades pedagógicas, políticas, enfim, no planejamento educacional, junto aos demais componentes curriculares. É imprescindível junto a esse processo, que o profissional tenha definido os objetivos que quer atingir nas suas aulas e qual a sua função na formação do aluno.

Indo de encontro com essa análise, Neira (2007, p.49) destaca:

É imprescindível que educadores tornem-se sujeitos do projeto, envolvendo-se em uma construção responsável, com percepção quanto ao tipo de ideal e práticas educacionais a que estão ligados. Nesse sentido, planejar ações que se articulem com as idéias facilita o enfrentamento das dificuldades, ou melhor, subsidia um projeto que se propõe a construir a escola sonhada.

Na construção do PPP, há a necessidade de uma vivência contínua, ordenada e compromissada dos sujeitos que estão envolvidos com a práxis educativa, e nesse sentido, o planejamento coletivo se torna um instrumento necessário para a concretização entre o refletir e o agir. “A participação amplia o grau de organização e contribui para a melhoria da qualidade de ensino” (NEIRA, 2007, p.47).

Coloco ainda o argumento de Darido (2005, p.59):

A escola, considerada de forma geral, como uma instituição que tem a possibilidade de propiciar a apropriação e usufruto de direitos sociais e bens

culturais, tem nos seus componentes curriculares elementos para compreender a necessidade e a importância de um projeto político pedagógico.

Os professores de educação física podem estar presentes dos debates para elaboração do PPP, contribuindo para o desenvolvimento de uma prática realizada de acordo com as finalidades definidas coletivamente. A inclusão de uma proposta de EF (Educação Física) nas escolas que ainda não possuem, é importante para o desenvolvimento do PPP das mesmas, principalmente se a proposta for planejada de forma agregada com as demais disciplinas e de modo comprometido com os alunos e com a comunidade.

Mas, ocorre em muitas situações, um distanciamento entre os profissionais das diferentes áreas curriculares, bem como pouco contato entre os professores de EF e a Coordenação e Direção da escola. Dessa forma, o professor de EF desenvolve o seu trabalho não havendo uma conexão com o trabalho dos demais docentes.

Alguns fatores podem ocasionar tais circunstâncias. Percebe-se na prática cotidiana dentro das escolas, que a disciplina de EF às vezes é considerada tanto pela Coordenação e Direção, quanto pelos próprios docentes da mesma área, como “prática”. Quando acontece isso, aos professores de EF são atribuídas menores funções de produtores e disseminadores de conhecimentos pedagógicos devido a essa particularidade atribuída à disciplina, e conseqüentemente, há menor participação nas reuniões para discussão de assuntos pedagógicos da escola. Isso faz com que a educação física tenha o seu compromisso enquanto componente curricular diminuído, e, conseqüentemente, a mesma vai perdendo ou diminuindo seu valor na instituição.

Indo de encontro com esse estudo, Ilha (2008, p.1) argumenta:

A educação física e, conseqüentemente, o professor dessa disciplina, ainda são considerados por grande parte da nossa sociedade como componente curricular à parte do processo de construção do conhecimento. Muitos profissionais da escola não incluem a educação física nas discussões dos conselhos de classe e reuniões pedagógicas, pois vêm como a função dessa área: recreacionista, corporal e prática.

A EF escolar pode ser considerada diferente devido aos seus conteúdos³, que incluem a dança, as ginásticas, as lutas, os esportes e os jogos. Os conteúdos da mesma são um pouco distintos e são executados de forma dessemelhante, e devido a isso, muitas vezes alguns

³ Conceituando sobre a característica da disciplina de EF, destaca-se o que Coletivo de Autores (1992, p. 61) argumenta:

A educação física é uma disciplina que trata, pedagogicamente na escola, do conhecimento de uma área denominada de cultura corporal. Ela será configurada com temas ou formas de atividades, particularmente corporais, como: jogo, esporte, ginástica, danças, ou outras. O estudo desse conhecimento visa aprender a expressão corporal como linguagem.

profissionais, ou a própria escola, podem estar “vendo” essa área curricular como sendo de caráter “mais prático”. Outros diferenciadores dessa disciplina podem ser as vestimentas, que geralmente são roupas esportivas e os materiais práticos (bolas, cordas, arcos, etc).

Também vale citar que, em alguns casos específicos, como no Ensino Médio, por exemplo, a educação física pode ser considerada sem necessidade tendo em vista a que esses alunos precisam se dedicar ao Vestibular. Outro caso são os alunos do curso Noturno, que são dispensados dessa prática. Mas podem existir vários outros fatores diferenciadores dessa disciplina além dos já citados.

A educação física escolar, como está excluída dos estudos obrigatórios para o vestibular é classificada como “baixo-nível”, enquanto que as demais de “alto nível”. Isso ocorre, pois parte da principal dicotomia entre mente e corpo, como se as demais disciplinas desenvolvessem a mente e a educação física ficasse com a função de desenvolver o corpo (MARTINS, 2009).

Para dar prosseguimento à análise, Moreira (1992, p. 203) destaca que:

As outras disciplinas muitas vezes têm uma visão de educação física sendo uma disciplina exclusivamente para tratar do físico e não do intelecto. Se para as demais disciplinas curriculares o aluno é sinônimo de cabeça pensante, para a Educação Física ele é sinônimo de corpo fadigado.

Na instituição escolar, o professor de educação física tende a ser “visto” de várias maneiras: seja como o professor descompromissado, que só joga uma bola aos alunos e pronto; como o amigo entre os professores da escola; como um grande portador de conhecimentos sobre o corpo; além de outras maneiras de identificar esse profissional.

Estas são algumas formas de representação e diferenciação do profissional e da disciplina de EF na escola, cujas geralmente estão relacionadas a sistemas de poder, onde se define o que é bom para um e o que é bom para os outros, o que é dito o melhor e o que é dito o pior. Nesse processo, disciplina pode ter sua identidade indefinida passando ser marcada por sistemas que a diferenciam das demais disciplinas. Conforme salienta Nunes (2008, p. 69), “não se pode deixar de considerar que existem diversos mecanismos sociais que regulam a prática pedagógica e contribuem para que ocorram alguns direcionamentos comuns entre os professores da área”.

Para que essas formas de representação/diferenciação da EF escolar possam tomar novas ou outras perspectivas, o docente precisa apontar a importância desta disciplina para os demais segmentos escolares, apresentando as suas propostas, expectativas, anseios, dificuldades. Essa discussão pode ser integrada à proposta do PPP da instituição.

É preciso ainda, romper com a idéia de que na EF somente está se trabalhando o físico. A educação física também propicia aos alunos certo tipo de conhecimento. Porém, não é um

conhecimento que se possa incorporar dissociado de uma vivência concreta (MARTINS, 2009). Essa vivência se refere às práticas que os alunos vivenciam nas aulas, ou seja, os seus conhecimentos são ensinados de forma a propiciar aos alunos uma vivência concreta.

Os professores de EF precisam buscar seu espaço nas discussões da escola, não ficando restritos ao “mundo das quadras e pátio” e ausentando-se dos processos de planejamento e construção do projeto político pedagógico. É necessário que o professor busque compreender aspectos relacionados à gestão escolar, participe das reuniões e conselhos de classe e esteja ciente de seu papel político e pedagógico, e da contribuição que essa disciplina pode propiciar à comunidade escolar em geral.

Conforme salienta Bartholo (2000, p. 54):

A educação física, como parte do processo educativo, reconhecida como disciplina pedagógica que compõe a grade curricular da educação formal, contempla princípios e fins da educação. Torna-se necessário, então, que a educação física lance, permanentemente, esforços de compreensão do sentido subliminar e do projeto político pedagógico contido nesses princípios, para uma intervenção pedagógica mais atenta à ação dos sujeitos a quem ela tem por função atender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do ensaio feito, ratifica-se a necessidade da construção do Projeto Político Pedagógico incluindo a disciplina de Educação Física nas instituições que ainda não o possuem, e evidenciando-se a importância de uma organização coletiva em que a comunidade escolar, por meio do diálogo, examine e questione as relações de poder, problemas e aponte possíveis soluções, de forma a construir democraticamente esta proposta. Além disso, é necessário que se articulem, em um movimento de ação-reflexão, a função da educação física, de modo a serem respeitados como sujeitos propiciadores de conhecimento os professores dessa área e sejam definidas as funções que essa área curricular exercerá na instituição.

É preciso encontrar formas para efetivar a participação dos educadores nos projetos durante todo o processo de sua construção: analisando propostas, planejando ações, apontando demandas para reflexões e revisões. Tornando-se comprometidos e envolvidos, os diversos agentes educativos se sentiriam co-autores do projeto, o que possivelmente minimizam os problemas que se antepõem ao desenvolvimento educacional (NEIRA, 2007, p.49).

Tendo isto claro, é necessário achar mecanismos que coloquem em pauta alguns fatores que merecem ser reavaliados em cada instituição que ainda não incluiu a educação física em suas propostas, como: a responsabilidade individual de cada professor deve ser ampliada, onde estes precisam mostrar as suas expectativas e metas para a disciplina; a escola e sua comunidade

precisam deixar de “ver” essa disciplina como somente “prática” e motivar mais os seus profissionais a serem inseridos nas discussões pedagógicas da escola.

A equipe administrativa da escola, responsável pela coordenação das atividades escolares, deve “seduzir” os demais segmentos para melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido, criando mecanismos e condições favoráveis para envolvê-los. O professor coordenador ou coordenador pedagógico deve articular a equipe em torno do cumprimento do que foi estabelecido, coordenando os planos de cursos, de currículo, de ensino e de aula (NEIRA, 2007, p. 53).

A educação física escolar enquanto componente curricular é responsável pela formação dos alunos, e por isso os profissionais dessa área podem participar das discussões referentes à construção do PPP e compartilhar a sua implementação. O professor de educação física sendo parte do coletivo escolar possui tarefas e tem responsabilidades a serem cumpridas, ou seja, deve assumir seu comprometimento enquanto educador.

CONCLUSÃO

Em primeiro lugar destacamos a perspectiva de Veiga (1996, p.48) sobre o processo de construção do PPP:

Não restam dúvidas que articular, elaborar, construir um projeto pedagógico da escola, implementá-lo e aperfeiçoá-lo constantemente, envolvendo de forma criativa e prazerosa os vários segmentos constitutivos da comunidade escolar, com suas respectivas competências, num processo coletivo, é um grande desafio. E o é em razão da necessidade e das expectativas pela melhoria da qualidade e serviços educacionais e dos resultados desses serviços.

De maneira geral, a própria construção do projeto já é um grande desafio para as instituições escolares, e a inclusão da EF neste projeto com a tentativa de resolução dos problemas que permeiam esta disciplina, é também outro desafio, que, para ser consolidado, necessita de muita reflexão, planejamento e envolvimento dos sujeitos constituintes da comunidade escolar.

Nesse procedimento construtivo do projeto, “fazer acontecer” a participação, reflexão e envolvimento dos sujeitos integrantes da comunidade escolar, é um processo gradativo, que exige organização da Direção ou da Coordenação para que essa participação contemple e seja efetiva em todas as esferas que envolvem a instituição escolar. Os segmentos da escola devem assumir responsabilidades, e aos órgãos que organizam a escola, deve haver garantia de condições para a elaboração e a efetivação de um projeto político pedagógico, que seja realmente um instrumento educativo e construído coletivamente.

Os profissionais de EF das escolas podem definir o papel de sua disciplina, a importância e força que ela possui para o processo ensino-aprendizagem dos alunos, indicando a todos os

segmentos escolares que a mesma se constitui de forma “prática”, mas isso não quer dizer que essa característica vai diminuir a produção e apresentação de vários conhecimentos aos alunos, pelo contrário, é uma área que possui uma ampla diversidade de conteúdos e objetivos possíveis de serem trabalhados.

A relevância dos conteúdos da EF, assim como das outras disciplinas, deve ser discutida sob a perspectiva da construção do PPP, através de diálogo coletivo. A prática educativa da EF pode estar de acordo com os objetivos determinados pela proposta pedagógica do projeto da escola, mesmo sendo de forma conjunta com as outras áreas curriculares. Isso não quer dizer que a disciplina em questão vá perder a especificidade de sua área, apenas irá direcionar o trabalho com base em objetivos comuns determinados por um consenso da comunidade escolar.

Por fim, esta pesquisa pode se tornar um meio reflexivo tanto para profissionais da área de EF, quanto de outras áreas, pois através da apresentação dos estudos teóricos aliados aos argumentos expostos, visamos apresentar a problemática da construção do projeto da escola frente aos desafios que essa construção apresenta na Escola. Ainda, foram apresentadas algumas proposições que justificam os motivos da ausência da EF em muitos projetos político pedagógicos.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, Márcia Fernandes. **A construção do conhecimento e o projeto político pedagógico da educação física.** In: Pensar a Prática vol. 3, p.53-64, jul./jun. 1999-2000. UERJ. Disponível em: < <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/viewFile/29/27>> Acesso em: 25 de fev. de 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília/DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 de mar. de 2010.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física.** São Paulo/SP: Cortez, 1992.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação Física na Escola: implicações para a prática pedagógica.** Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan, 2005.

ILHA, Franciele Roos da Silva. O professor de Educação Física e sua participação no planejamento educacional. In: **Revista Digital.** UFSM. Publicado em 11 de setembro de 2008. Disponível em: < <http://www.partes.com.br/educacao/professordeEF.asp>>. Acesso em 26 de set. de 2009.

LIMA, Maria Emilia. **O projeto pedagógico e a educação física escolar.** Grupo de Pesquisas em educação física escolar – FEUSP. PCN's vol.08, 1997. Disponível em: <<http://www3.fe.usp.br/efisica/trabs/37.doc>>. Acesso em 25 de abr. de 2010.

MALHEIRO, João. **Projeto político pedagógico: utopia ou realidade?** In: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Vol.13, n.46, p.79-104. Rio de Janeiro/RJ, jan./mar. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n46/v13n46a05.pdf>>. Acesso em 18 de jan. de 2010.

MARTINS, Raphaell Moreira. O que identifica a Educação Física dentro da escola? Uma breve reflexão na visão de Tomaz Tadeu da Silva. In: **Revista Digital** – Buenos Aires, Ano 13, n.129. Fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>> Acesso em: 15 de mar. de 2010.

MATTOS, R. **Análise Crítica de uma metodologia de solução de problemas na prestação de serviços.** Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2004.

MONFREDINI, Ivanise. O projeto pedagógico em escolas municipais: análise da relação entre autonomia e manutenção e/ou modificação de práticas escolares. In: **Educação e Pesquisa**, vol.28, n.2. São Paulo/SP, Jul/Dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022002000200004&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 19 de mai. de 2010.

MOREIRA, Wagner Wey. **Por uma concepção sistêmica na pedagogia do movimento.** In: Educação Física e Esportes: Perspectivas para o século XXI. Campinas/SP: Papirus, 1992. (Coleção Corpo e Motricidade).

NEIRA, Marcos Garcia. **Ensino de Educação Física.** São Paulo/SP: Thompson Learning, 2007. (Coleção idéias em ação / Coordenação Anna Maria Pessoa de Carvalho).

NUNES, Mário Luiz Ferrari. O(s) currículo(s) da educação física e a constituição da identidade de seus sujeitos. In: **Revista Digital - Currículo sem Fronteiras**, v.8, n.2, pp.55-77, Jul/Dez 2008. Centro Universitário Ítalo-Brasileiro. Escola de Educação Física e Esporte. Universidade de São Paulo, Brasil, 2008. Disponível em: < <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss2articles/nunes-rubio.pdf>> Acesso em 12 de mai de 2010.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: Como construir o projeto político pedagógico da escola.** 4.ed. São Paulo/SP: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003. (Guia da escola cidadã; v.7).

REIS, Edmerson dos Santos. Projeto Político Pedagógico: moda, exigência ou tomada de consciência? In: **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp01.htm>>. Acesso em: 10 de jan. de 2010.

SOARES, Carmem L.; TAFFAREL, Celi N. Z. ; ESCOBAR, Micheli O. **A educação física escolar na perspectiva do século XX** In: Educação Física e Esportes: Perspectivas para o século XXI. Campinas/SP: Papirus, 1992. (Coleção Corpo e Motricidade).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** 2.ed. Campinas/SP: Papirus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).